

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LIZANDRA NALLIN

DIÁLOGOS COMENTADOS: SOBRE A EDUCAÇÃO
ESPECIAL E A INCLUSÃO ESCOLAR.

CAMPINAS

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LIZANDRA NALLIN

DIÁLOGOS COMENTADOS: SOBRE A EDUCAÇÃO
ESPECIAL E A INCLUSÃO ESCOLAR.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência
para conclusão de curso de
Pedagogia na Faculdade de
Educação da Universidade
Estadual de Campinas, sob a
orientação da Prof^a. Dr^a. Maria
Teresa Eglér Mantoan.

CAMPINAS

2012

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

N149d Nallin, Lizandra, 1991-
Diálogos comentados: sobre a Educação Especial e a
Inclusão Escolar / Lizandra Nallin. – Campinas, SP: [s.n.],
2012.

Orientador: Maria Teresa Egler Mantoan.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Educação especial. 2. Inclusão. 3. Atendimento
educacional especializado. 4. Classe especial. 5.
Atendimento em Sala de Recursos. I. Mantoan, Maria
Teresa Egler, 1943- . II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

12-231-BFE

Lizandra Nallin

DIÁLOGOS COMENTADOS: SOBRE A EDUCAÇÃO
ESPECIAL E A INCLUSÃO ESCOLAR.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para conclusão de curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Teresa Égler Mantoan.

Campinas, _____ de _____ de 2012.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Maria Teresa Égler Mantoan

Prof^ª. Dr^ª. Maria Teresinha da Consolação Teixeira dos Santos

CAMPINAS

2012

Dedico esse trabalho a minha avó, Rina, que sempre me ensinou que ser professora é, acima de tudo, uma caridade.

Agradeço...

A Deus, por seu amor inesgotável!

Minha mãe, por todo seu esforço para educar-me. Por sempre ouvir minhas dificuldades, alegrias e raivas com tanta compreensão e paciência.

Meu pai, pelo apoio que me deu durante a graduação, por sempre se preocupar com meu bem estar, pelas inúmeras vezes que me buscou depois de um dia inteirinho de aulas.

Meu irmão, por compreender quando não podia fazer-lhe companhia, ou por estar em aula ou por ter que fazer inacabáveis leituras, trabalhos, resenhas...

A professora Maria Teresa, que sempre acompanhou minha turma e nos ensinou tantas coisas brilhantes e de uma forma brilhante. Por toda paciência que teve comigo durante o processo de construção deste trabalho.

Ao Yuri, grande encorajador que me fez perceber que basta confiar para que tudo dê certo.

Aos amigos, companheiros de jornada: Daniel, Jennifer, Jéssica e Tamires. Pelas piadas, risadas, conselhos e ensinamentos vividos durante esses quatro anos, certamente, inesquecíveis.

A colega de turma, Marina, por emprestar-me seu lindo poema, que enfeita e completa esse trabalho.

A Professora Terezinha, que tão prontamente aceitou ser minha segunda leitora.

A todos que de alguma forma contribuíram com essa pesquisa: coordenadoras, professores e principalmente alunos da educação especial, grandes inspiradores de minhas inúmeras indagações sobre as diferenças.

Livro de Tácito

(Marina Seneda)

Bem aventurado aquele que não diz
Aprender com as crianças
Porque está calado
E a mão não está no giz,
Está escutando-as... Se houver esperança!
Se houver esperança seja o maior arteiro pra enxergar primeiro!
Não precisa acabar primeiro,
Pode começar e nunca terminar o seu desenho...
E não faça o chão se quer ficar voando
Há liberdade? Reina!
Pois tudo vale à pena se a pessoa for pequena!
A alma se descobre, sendo rica ou pobre
É plena.
Mas a resolução de probleminhas é naquele velho esquema...
E quanto à solução dos problemas verdadeiros?
Na minha classe todos tem problema:
Ninguém dá passeio.
E quem não é passivo é super ativo
E fica de castigo no recreio.
Quem não cala a boca é mal educado
E quem cresce calado não foi educado bem.
Alguém?
Alguém tem alguma dúvida?
Sim. Muitos duvidam
Duvidam da vida!
Consegue sentir, consegue?
Ou já conseguiu esquecer de si,
Daquela criança que te persegue
Com zíper na boca e boquinha de siri?
Deve ser tão bom ter perninha de índio

*Que corre pelas matas e cria seus caminhos!
Sentei pra aprender que descobriram o Brasil
E por mais que eu levantasse, ninguém me descobriu!
Mas fui bem criado: um criado bom
Não sou criativo, não tenho esse dom.
Essa criança é lenta, só fica pensando!
A outra tem talento, vai pular de ano.
E o tanto de momento de viver brincando, era antes?
Não me adianta que não adianta!
E não estou de brincadeira, aliás estou é sem brincadeira!
Pareço criança? É porque re-creio na infância!
Eu pensava que já era alguém na vida...
Mas tenho que ler pra ser ouvido
Ou reclamar, clamando:
Tia, ela me moldou, me reduziu e me adiantou!
Mas quem fez isso com você?
Eu não sei... Não entendi direito...
Mas prestei bastante atenção!*

RESUMO

DIÁLOGOS COMENTADOS: SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO ESCOLAR.

Autora: Lizandra Nallin

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Teresa Égler Manton

Este estudo trata da implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), em uma rede municipal de ensino paulista. O objetivo do trabalho foi o de verificar se a referida rede se orienta pela nova interpretação de Educação Especial proposta pela Política referida. A análise de diálogos mantidos com a coordenação de educação especial da rede e com a coordenadora da Educação de Jovens e Adultos (EJA) leva-nos a conclusão que as orientações da referida política tem equívocos, que impedem que os novos serviços de educação especial aconteçam na rede entre os quais o AEE. Esse serviço, realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais, deveria ter uma natureza complementar e não substitutiva do ensino comum e implica na dissolução de outros serviços orientados pela Política de Educação Especial de 1994, tais como as classes especiais e as salas de recursos, sendo transversal a todas as modalidades e níveis de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial, Inclusão Escolar, AEE

NÚMEROS DE PÁGINAS DO TCC:

CURSO: Pedagogia integral

Sumário

Introdução:.....	11
Metodologia:	17
Diálogo I: A inclusão dos alunos com deficiência na EJA.....	19
Analisando esse diálogo.....	27
Diálogo II: as Classes Especiais municipais.....	29
Analisando esse diálogo.....	37
Diálogo III: O Atendimento Educacional Especializado, a Sala de Recursos Multifuncionais e o Professor de Educação Especial.	39
Analisando esse diálogo.....	46
Diálogo final: A Política Nacional de Educação Especial em pauta.	48
Analisando esse diálogo.....	57
Conclusão:	58
Considerações finais:.....	60
Referências bibliográficas:.....	61

Introdução:

No início do ano de 2011 iniciei meu primeiro estágio obrigatório do curso de graduação em Pedagogia. Optei por realizá-lo na cidade onde moro, pois já conhecia algumas escolas da rede municipal e isso seria um facilitador para minhas observações.

Comecei em uma sala de 2º ano, onde as crianças estavam sendo alfabetizadas. Essa sala contava com 32 alunos, mas uma criança em particular se tornou o foco de minhas observações. Ela era portadora de Síndrome de Down.

Durante todo o primeiro semestre de 2011 pude acompanhar o trabalho dessa escola. Pude ver as dificuldades vividas pela escola (quando era preciso diferenciar para incluir e igualar também para incluir) e as vividas por essa aluna no momento da aprendizagem. Digo que era preciso diferenciar para incluir no sentido de que enxergar as diferenças dessa aluna com Síndrome de Down permitiu que medidas fossem tomadas para que seu aprendizado se realizasse. E igualar para incluir, no sentido de que a aluna com deficiência era acima de tudo uma ALUNA, tendo assim direitos e deveres iguais aos demais alunos, não podendo ser privada de nenhuma atividade, em decorrência de ser uma pessoa com deficiência.

Vi a professora preocupada e interessada com essa questão de incluir a aluna e não somente inseri-la na sala de aula. De fato, incluir vai além de estar no meio das outras crianças, é buscar várias maneiras de trabalhar com o aluno, dando-lhe a possibilidade de aprender e desenvolver suas habilidades com o auxílio de recursos, apoios, materiais adequados e profissionais especializados. Vi também a equipe gestora da escola apoiando o trabalho dessa professora e mantendo constante contato com a família da aluna para que o trabalho educacional fosse algo construído em conjunto.

Pude, finalmente, ver um Atendimento Educacional Especializado começando a ser realizado, dando apoio à professora e atendendo à aluna no período contrário ao das aulas regulares.

Já no segundo semestre de 2011 resolvi conhecer outra realidade e realizei meu segundo estágio de Ensino Fundamental em uma sala da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Fiz minhas observações na turma do 1º ano, sendo que quatro dos seus 14 alunos eram alunos com deficiência. Alunos com Síndrome de Down, surdez, baixa-visão e deficiência intelectual conviviam diariamente com seus colegas sem deficiência, mas que também tinham suas especificidades, já que na EJA os alunos apresentam

diferenças as mais variadas; as idades dos alunos variam dos 15 aos 65 anos. Alguns deles só estudam, outros já trabalham e há aqueles que já estão aposentados. As diferenças eram enormes, mas a professora conseguia conciliar todas elas e trabalhar de forma que o sucesso escolar de cada um deles acontecia e era valorizado.

A aluna surda tinha acompanhamento da professora-intérprete de LIBRAS, por isso sua primeira língua era utilizada para ensinar/aprender os conteúdos curriculares. A professora da turma sempre contava com o auxílio da coordenadora pedagógica que, tendo especialização em Educação Especial na perspectiva Inclusiva, dava todo o apoio e orientação para que os alunos pudessem realizar as atividades, independente da deficiência, como é o caso da aluna com baixa-visão, que recebia todo o conteúdo de suas tarefas em folhas de papel pautadas, com contraste branco e preto, para facilitar a escrita.

Durante esse ano em que meu olhar voltou-se para a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas e sempre voltada para a questão das diferenças, fiquei intrigada ao descobrir que a mesma rede de ensino que trabalha com a inclusão ainda matema classes especiais. Dessa forma, delimito minha **situação-problema** fazendo o seguinte questionamento: Por que coexistem duas formas distintas e contrárias de inserir os alunos com deficiência nas escolas desse município?

Tendo essa questão em mente, meus **objetivos** então se definiram: buscar conhecer mais profundamente a Educação Especial nesse município, entrar em contato com essa realidade, para assim entender a coexistência de duas maneiras opostas de trabalhar com os alunos com deficiência.

Com a leitura da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, publicada em 2008, pude entender que o movimento de educação dos alunos com deficiência teve seu foco alterado recentemente. Até então a Educação Especial era substitutiva, ou seja, ela ocupava o lugar da escola regular, permitindo assim que classes especiais e escolas de educação especial aglomerassem num só lugar todos os tipos de deficiências. A partir da nova Política, a Educação Especial passou a ser complementar e a educação regular aberta a todos os alunos, incondicionalmente. Aquele aluno que necessita de apoios, recursos, linguagens, equipamentos específicos para ultrapassar as barreiras impostas pela escola comum, onde estão incluídos, devem ter garantido o Atendimento Educacional Especializado (AEE), um novo serviço da Educação Especial, realizado em período contrário ao da escola regular.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE),

(...) identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 16)

Segundo a Política Nacional de Educação Especial

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/ anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência. (BRASIL, 2008, p. 6)

Esse tipo de atendimento, que classifica e avalia uma possível capacidade do aluno com deficiência de estar ou não na sala de aula regular é excludente, pois a inclusão não é direito de uma minoria, mas de todos. Incluir parcialmente não é inclusão!

A grande dificuldade em trabalhar a inclusão, incondicionalmente, é que algumas brechas são encontradas na legislação, dando assim abertura para que práticas educacionais excludentes se mantenham e tenham fundamento. O decreto 7.611, de novembro de 2011, no artigo 8º, parágrafo primeiro, refere que *“Serão consideradas, para a educação especial, as matrículas na rede regular de ensino, em classes comuns ou em classes especiais de escolas regulares, e em escolas especiais ou especializadas.”*

Apesar de todos nós sabermos que conviver com as diferenças na escola é um dos grandes aprendizados que as crianças têm, ainda é possível encontrar redes, como a que observei, que preferem classificar os alunos e, em alguns casos, separá-los, acreditando que dessa forma terão um rendimento maior e melhor.

As classes especiais, assim como a escola especial da APAE, existem no município em questão e ambas são formas de educação especial substitutivas do ensino regular. Os alunos são encaminhados para esses espaços educacionais por profissionais da área médica, acreditando-se, em alguns casos, que a deficiência deve ser trabalhada, superada, para que o aluno tenha o direito de fazer parte de uma sociedade e de uma escola de todos. Trata-se do que é denominado *integração escolar*, entendida como processo de inserção condicional de alunos da educação especial na escola comum.

Por outro lado, existem também escolas regulares que aderiram à educação inclusiva e consideram a natureza complementar da Educação Especial. Nessas escolas o aluno frequenta a sala de aula regular e, no contraturno, recebe o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com um professor especializado em Educação Especial e em uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

As Salas de Recursos Multifuncionais:

(...) são espaços localizados nas escolas de educação básica, onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado - AEE. Essas salas são organizadas com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos alunos público alvo da educação especial. (ROPOLI, 2010, p. 31).

O AEE e a sala de recursos multifuncionais jamais podem ser confundidos com o trabalho realizado nas salas de reforço escolar. O reforço escolar trabalha com os alunos o mesmo que foi visto na sala de aula regular, ou seja, é mais um espaço que o aluno tem para aprender o mesmo conteúdo curricular. Já, na Sala de Recursos Multifuncionais, o professor vai oferecer a cada aluno com deficiência meios, recursos, apoios que o auxiliem na remoção de barreiras colocadas pela escola, tornando possível seu processo de inserção.

Assim como não podemos confundir o AEE com sala de reforço, não podemos encaminhar o aluno para a Sala de Recursos Multifuncionais se ele não for um aluno com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou aluno com altas habilidades/superdotação, dado que os materiais que compõem essa Sala são unicamente voltados para esse público-alvo. Além disso, um professor ou equipe escolar não podem diagnosticar uma criança como sendo deficiente. O papel da escola é o de educar, cabendo aos profissionais da saúde o diagnóstico e à escola a elaboração de planos pedagógicos que atendam aos alunos da Educação Especial em suas necessidades.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial, alunos com deficiência são “(...) *àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.*” (BRASIL, 2008, p.15) Sendo assim, alunos com ritmos de aprendizado mais lento, mas que não apresentam nenhum tipo de deficiência, não devem frequentar o AEE, mas, caso avalie-se necessário, ele deve ser encaminhado ao reforço escolar.

Receber um aluno com deficiência em uma escola regular requer mudanças da escola e não do aluno. É a escola que deve modificar sua estrutura física e pedagógica para recebê-lo: tornar o prédio e o mobiliário da escola acessíveis, reformular o Projeto Pedagógico, incluindo os objetivos da Educação Especial, montando uma sala de Recursos Multifuncionais com professor especializado. Dessa maneira as diferenças de todos são reconhecidas, valorizadas na escola.

Uma escola regular que conta com classes especiais é uma escola que trabalha com a diversidade e não com a diferença dos alunos. A idéia de diversidade não é a mesma de diferença quando se trata de pessoas. A diversidade diz respeito a grupos diferentes definidos por um dado atributo. Já a diferença é ilimitada, não sendo possível representá-la e/ou categorizá-la e, assim sendo, sua natureza multiplicativa faz com que ela vá diferindo infinitamente. A escola que recebe todos os alunos, mas agrupa-os de acordo com suas especificidades, não é uma escola inclusiva, porque está fundamentada na idéia de diversidade que implica em classificar e separar os alunos em classes e subclasses excludentes entre si.

A inclusão parte da metáfora do caleidoscópio:

O caleidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõem. Quando se retiram pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado. (MANTOAN, 2003, p. 26)

Trabalhar com a diferença na escola é girar um caleidoscópio, repleto de pequenos pedaços coloridos, cada um com suas características. Incluir os alunos com deficiência é participar da construção de um caleidoscópio, é promover a convivência das diferenças.

Para Mantoan (2003),

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos que pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos. (p. 53).

Metodologia:

Para melhor entender como acontece a Educação Especial no município em questão, já que duas formas de atendimento acontecem - a complementar ao ensino regular (AEE), e o substitutivo (com as classes especiais e APAE), primeiramente fiz observações na escola onde estão as classes especiais.

Foram cinco turmas observadas: uma sala de estimulação, com crianças de quatro a dez anos, e quatro turmas de alfabetização, com crianças de oito a quatorze anos. Acompanhei esses alunos durante as atividades de uma manhã. Pude observar aulas de educação física, aulas em sala, aula de educação ambiental na sala de vídeo e participação em uma sessão de teatro apresentada na própria escola.

Com essas observações pude perceber a forma como os conteúdos são trabalhados nessas classes e as dificuldades encontradas pelas professoras e pajes. Mantive conversas informais com essas profissionais, o que me levou a muitas dúvidas sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência na rede municipal de ensino estudada. Por outro lado pude aprender um pouco sobre diversas deficiências, tendo contato direto com as crianças e ouvindo as explicações das professoras sobre cada uma delas.

O segundo local observado foi uma sala de 9º ano do Ensino Fundamental, onde acompanhei um aluno surdo junto com seu professor-intérprete durante uma manhã. Na mesma escola onde estuda esse aluno, conheci a sala de recursos multifuncionais e todo o material usado para trabalhar com os alunos da Educação Especial: desde jogos até a máquina de Braille, computadores, mapas em alto relevo, e outros recursos, tecnologias assistivas e equipamentos.

Terminada as observações e já tendo em mente várias perguntas, foram montadas quatro entrevistas semi-estruturadas, uma para cada um dos profissionais envolvidos com a educação especial no município. Primeiramente foi entrevistada a Coordenadora das classes especiais; em seguida foi entrevistado um professor de AEE, que também é professor-intérprete Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); a terceira

entrevista ocorreu com a Coordenadora municipal da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a última entrevistada foi a Coordenadora municipal de Educação Especial.

Essas entrevistas ocorreram durante o segundo semestre de 2012, nas dependências das escolas onde cada um deles trabalha e, no caso da Coordenadora municipal de Educação Especial, a entrevista ocorreu na Secretaria Municipal de Educação. Todos os diálogos tiveram seus áudios gravados e em seguida transcritos. As partes mais relevantes foram selecionadas e encontram-se neste trabalho, juntamente com comentários que auxiliam na compreensão e reflexão sobre o tema abordado.

Seguem as entrevistas e seus comentários nas próximas páginas.

Diálogo I: A inclusão dos alunos com deficiência na EJA.

A Educação de jovens e adultos no município em questão acontece desde a época do MOBREAL, passando pelo movimento do EDUCAR e do CEJAC, até chegar à atual nomenclatura que vigora desde 2005: EJA – Educação de Jovens e Adultos.

A escola que se constituiu o foco desse diálogo foi a mesma onde fiz minhas observações durante o período de estágio obrigatório no Ensino Fundamental, no primeiro semestre de 2011.

Atualmente essa escola atende 255 alunos jovens e adultos, matriculados do 1º ao 9º anos da Educação Básica, sendo que a idade varia de 15 anos até os 65 anos de idade.

Esse diálogo aconteceu no dia 5 de setembro de 2012 e a pessoa com quem dialoguei é Coordenadora Municipal da Educação de Jovens e Adultos.

Quantos alunos com algum tipo de deficiência estudam aqui?

Coordenadora - O número preciso eu ainda não tenho, mas é em torno de 40 alunos. Temos vários deficientes intelectuais que vieram da educação especial.

Vieram de onde? Da APAE?

Coordenadora - Não, vieram da classe especial, porque ela funciona em uma outra escola municipal, então estão vindo pra EJA todos aqueles que já atingiram idade superior à 15 anos. Então tem deficiência intelectual, baixa visão, os surdos, total e parcial, temos um com hidrocefalia, que entra em deficiência múltipla, tem deficiente físico, tem um pouco de tudo.

E para atender esses alunos tem o AEE aqui?

Coordenadora - Tem, mas não é para a Educação de jovens e adultos, é só pro ensino regular¹, no período da manhã e da tarde. Inclusive, são somente os menores que vão pra essa sala.

Mas nesse caso do AEE, tem a professora que eu vi acompanhando uma jovem surda no 1º ano.

Coordenadora - Ela é professora-intérprete, só! Ela está ali como intérprete, ela tem a formação em educação especial e tudo, mas como a aluna é uma surda total, então a função dela é ajudar essa aluna. Porém ela só vem dois dias na semana, por causa da jornada de trabalho. Era pra ela vir três vezes, mas por uma questão pessoal, ela pediu pra vir só

duas vezes e como a professora da turma da aluna surda está tendo uma comunicação muito boa, a gente deixa só as atividades de interpretação que precisa mais da intérprete para os dias que ela vem.

E os dias que ela (professora-intérprete) não vem aqui ela vai pra alguma outra escola?

Coordenadora - Na verdade ela está atendendo os alunos surdos, do 1º ao 5º da rede municipal e os alunos com baixa visão nas EMEIS no período da manhã, e a noite ela vem aqui na EJA.

Então aqui não tem professor de AEE?

Coordenadora - Aqui tem, mas é que a rede está dividida assim: existem os professores que são contratados especificamente, porque nós ainda temos Classe especial na rede, então existem aqueles que são contratados ou já são efetivos e são específicos para trabalhar na Classe especial, tem aqueles que são contratados para os projetos especiais, que é o caso de dois professores que trabalham com os alunos surdos e os alunos com baixa-visão.

Eles não são concursados?

Coordenadora - São efetivos agora. Eles se efetivaram esse ano. E existem os professores de AEE, esses professores não são efetivos, são contratados. Todas as escolas da rede, praticamente, têm funcionando uma sala de AEE, mas é referente a uma dificuldade de aprendizagem, alguma defasagem, algo que indique que ele é limítrofe, não chega a ser uma deficiência em alguns casos, mas o problema é que não

1 - O AEE deveria também ocorrer para a EJA, assim como acontece para as crianças dessa escola. Apesar dessa falta de um atendimento especializado, foi possível observar que a própria coordenadora faz uma parte desse serviço que seria do professor de AEE ao ajudar as professoras das turmas na preparação de atividades e materiais adaptados para cada tipo de deficiência.

estão acompanhando a faixa etária da sala onde estão².

Então não são necessariamente os alunos com deficiência que vão para a sala de recursos multifuncionais?

Coordenadora - Todos os alunos têm um laudo médico, mas não que haja uma anormalidade, não é bem essa palavra, mas...

E eles vêm no período contrário da aula?

Coordenadora - No período contrário, são dois dias na semana.

Mas os alunos da EJA não entram nesse esquema?

Coordenadora – Não. Na verdade a Educação de Jovens e adultos deveria ter um trabalho específico, porque querendo ou não o adulto em si, ele já é um aluno especial, porque ele já entra numa certa limitação, todo o período em que ele poderia ter aprendido, desenvolvido certas habilidades, ele não teve oportunidade. Hoje estão vindo muitos alunos que não tem um diagnóstico, mas você percebe nitidamente que a dificuldade na memória, na aprendizagem, na fonética, no processamento é bem grande. Então são dificuldades que se você, de repente, fizer uma avaliação neles você vai encontrar uma alteração. Porque é bem devagar o processo de aprendizagem e são as faltas do professor que atrapalham nesse processo, falta uma formação, falta um preparo³. Na estrutura da própria rede, a gente tem os horários de HTPC, que na verdade são duas horas semanais que acabam não sendo suficiente para nós sanarmos toda essa dificuldade. Se fossemos para alguma formação continuada, a gente acredita que até mudaria alguma coisa. Mas as professoras se esforçam bastante, elas vêm fora do horário de aula, independente de estarem ganhando ou não, elas estão sempre buscando...

Eu acredito que o trabalho da EJA procura entender essas dificuldades do aluno, o atendimento já é especializado...

2 - A Política Nacional de Educação Especial deixa bem claro que o AEE deve ocorrer para alunos com deficiência, sendo que o trabalho realizado acontece na sala de recursos multifuncionais, tendo um caráter complementar, não podendo ser confundido com uma sala de reforço para alunos da educação comum, com dificuldade de aprendizagem.

3 – O professor das salas regulares realmente não são preparados para trabalharem especificamente com os alunos com deficiência. Esse papel é do professor de AEE, que deveria estar nessa escola trabalhando juntamente com os professores regulares.

Coordenadora - É, você não pode querer cobrar deles a mesma coisa que você exige de uma criança. O ritmo deles, desde a parte motora, é muito mais devagar. E eu vejo que o que falta para nós, apesar de eu estar há tantos anos na EJA, é realmente a gente incorporar essa idéia, ele não pode ser “coitadinho”, não é porque ele não aprendeu lá atrás que hoje ele tem que ser um coitado, não é! A partir do momento em que ele veio, procurou, é porque ele quer aprender. Então é a gente que tem que buscar uma maneira de atender esse aluno, da melhor forma possível. Ao mesmo tempo, o modelo que todo mundo tem é o do trabalho com crianças, então é agora que a gente está vendo que estão estourando pesquisas na área, que está havendo uma preocupação com a EJA. A própria legislação, como exemplo temos a nossa LDB, agora que ela está começando a funcionar, demorou praticamente 10 anos pra lei “pegar”. Mais 10 anos para compreendermos, será? E outra coisa que eu vejo, que é uma barreira muito grande do professor que vem pra EJA, ele vem para completar jornada, ele não vem porque ele gosta da EJA, ele não tem consciência das limitações do adulto ou do jovem, porque o nosso jovem hoje ele é expulso do sistema . Então tudo o que você vai cobrar, conversar com o professor, ele fala “Mas eu não sou preparado para trabalhar com Educação especial.” Então, porque escolheu trabalhar aqui? Porque isso é uma escolha!⁴

E tem algum aluno da EJA que frequenta a APAE ou outra instituição de Educação especial?

Coordenadora - Hoje não, os que vêm para cá, especificamente, eles já estão no mercado de trabalho, então eles vem pra completar a escolaridade mesmo. Mas até alguns anos atrás nós tínhamos, sim. Eles faziam as oficinas lá e aqui vinham para a parte escolar. Agora a APAE é uma instituição legalizada, então eles também podem ter essa formação escolar. Aqueles que vão para lá é porque possuem um comprometimento maior, aí a APAE já prepara um currículo adaptado a eles.

E no caso de alunos surdos, eles têm aulas específicas de LIBRAS?

Coordenadora - Não. No caso da aluna surda aqui da EJA, foi oferecido para ela, duas vezes por semana, durante o dia, a aula de LIBRAS, só que ela tinha que ir até uma

4 – Esse professor deve ser interessado em estudar a EJA, a melhor maneira de trabalhar com jovens e adultos, a forma como esse público diferenciado aprende, e não se preocupar com a educação especial especificamente, visto que esta é de responsabilidade do professor de AEE e não do professor da sala regular.

outra escola. Ela até foi um dia, mas como não se identificou com o professor, como “não foi com a cara dele”, ela não voltou mais.⁵

E na sua percepção, o que você acha que faz com que os alunos com deficiência procurem a EJA hoje para completarem sua escolaridade?

Coordenadora - Hoje, não tem porque eles não frequentarem, porque dentro das possibilidades eles sempre têm um aprendizado. O que a gente está

sentindo, na época em que eu fui coordenadora do regular também, pude acompanhar as crianças do ensino regular da rede toda, eles eram pequenos, 1ª, 2ª série, e hoje estão aqui, passaram por Classe especial e da Classe especial vieram para cá. Então o que a gente está vendo é que agora na EJA eles começaram a se alfabetizar, porque lá na Classe especial eles eram excelentes copistas e agora não! Então todo mundo pergunta, o que é que acontece com os alunos que vêm para a EJA e aprendem e antes não aprendiam? Mas aí eu vejo que um pouco é a maturidade, porque ele tem uma deficiência e é agora que ele está atingindo uma maturidade para aprender. Tem a questão do interesse, porque agora eles trabalham, existe a exigência da sociedade, então eles começam a ter consciência da importância da escola. Então, dentro dos limites e das possibilidades todos aprendem. Existem aqueles que vêm pela socialização, eles até já tem um domínio sobre a leitura e escrita, mas precisam se socializar. Por isso que eu falo, cada um tem sua necessidade, a gente não pode padronizar achar que todos vão aprender, esse olhar é predominante, cada aluno é um caso.

Por que você acha que a inclusão acontece na EJA e isso não ocorre no regular, já que vários alunos que deveriam estar no regular vão para a Classe especial e os que estão na EJA não?

Coordenadora - O que a gente procura cobrar das professoras é: o que ele como adulto ou jovem precisa? Ele precisa das questões referentes à leitura e escrita e do raciocínio que ele usa fora da escola. Então o nosso foco tem que ser nessa questão do letramento, o que é difícil para o professor entender, porque ele é conteudista. No regular ficam muito em cima disso: eu tenho que dar conta desse conteúdo, o planejamento está

5 – Embora essa aluna surda já tenha durante as aulas na EJA uma professora-intérprete, a escola deveria garantir de alguma forma que ela frequentasse em outro período as aulas de LIBRAS, para enriquecer sua gama de sinais e para ter contato com outras pessoas que também usam essa linguagem.

exigindo isso. Não que isso não seja importante, mas é um rigor tão grande que a gente fica presa àquilo e acaba perdendo situações que poderiam ser aproveitadas para esse trabalho. Então quando o aluno percebe que aquilo que ele está vendo aqui na escola ele vai usar lá fora também, é onde que começa a fazer a diferença. Mas eu, enquanto professora, acho que esse trabalho ainda é bem deficitário, a gente precisa crescer muito nesse sentido. É aí que a gente acaba tendo vantagens, nosso planejamento não é tão rigoroso, a gente tem a possibilidade de trabalhar com os projetos, o que ainda é pouco explorado e que é muito significativo pela questão da memorização, que é onde eles têm muita dificuldade, com os projetos não fica aquela idéia de memória por treino. Então a idéia de trabalhar com o projeto de receitas que você viu no estágio é porque o aluno lê “alface”, por exemplo, depois ele lê no folheto, ele na receita, ele pode ter na lista de compras, ele pode chegar no supermercado e ler a plaquinha do preço, então em diferentes contextos ele vai encontrar a palavra “alface”, então é uma memorização, mas não é aquela coisa maçante, repetitiva, que é o que acontece muito na escola, no ensino regular.

Você conhece a Política Nacional de Educação Especial?

Coordenadora - Um pouco, né?

Então, a partir desse texto, o que você entende por natureza complementar e não mais substitutiva?

Coordenadora - Eu acredito assim: se todos têm uma habilidade, então nós temos que procurar investir nessa habilidade. A maior habilidade desse aluno é na parte social? Então vamos trabalhar com ele no desenvolvimento da questão da oralidade, da expressão verbal e não-verbal, melhorar esse lado dele. Se ele já tem uma aptidão para a música, então vamos investir nessa formação, vamos acrescentar mais aspectos nisso. Antes, realmente, a escola tirava o aluno da sala, segregava num espaço e tentava trabalhar com ele o mesmo que estava sendo feito lá na sala, só que ali era mais individual. Eu não sei, acho que em alguns casos até faz diferença, mas têm outros que não. Eu acredito que é preciso enxergar o que cada um tem de melhor e investir em cima disso, tentar trabalhar um pouquinho de tudo, mas investir no que eles têm de melhor, é aí que o trabalho do AEE, numa sala de recursos multifuncionais, estaria fazendo essa complementação. Então no caso da aluna surda o mais trabalhado seria a

LIBRAS, porque a primeira língua dela é a LIBRAS, a gente não pode exigir dela a língua portuguesa como linguagem principal. Então a questão do AEE seria isso, desenvolver mais essa linguagem para um melhor desempenho dela na sociedade, uma melhor qualidade de vida. Na escola é preciso garantir o normal, o que dentro das capacidades dela ela der conta. Inclusive, para garantir a LIBRAS para ela, a turma participa até agora de atividades que tem a LIBRAS. As atividades que são mais lúdicas, as palavras-cruzadas, os caça-palavras, as adivinhas, que são coisas mais simples como as expressões do dia-a-dia, então todo mundo recebe a datilologia para fazer a transcrição para a LIBRAS, então algumas coisas básicas a sala inteira sabe. Isso para mim é inclusão, porque ela não vai conseguir falar como um ouvinte, mas o ouvinte tem condição de se comunicar com ela através da linguagem que ela domina. Isso é muito legal! E ela fica brava quando as coisas acontecem um pouco diferente, quando a tratam um pouco diferente, ela não quer!

Eu percebi que você ajuda muito as professoras...

Coordenadora - Eu tenho muita vontade de ajudar, de estar junto, mas nem sempre a professora aceita. Você viu a sala do primeiro ano, você conheceu, a gente entra na sala, ajuda, eu sei que às vezes eu atrapalho...

Ah não, eu acho que não...

Coordenadora - Então você vai vendo que no grupo de professoras, quando é uma só que é resistente, ela vai acabar se “enturmando”. Agora quando tem só uma que aceita sua ajuda, aí você fica impedida de trabalhar, então começa cada um fazer o que acha e não vai funcionar do jeito que eu acredito ser mais produtivo⁶. Você vê os coitados dos alunos lá, chegam, todos adultos, sentam bonitinhos, com aquela vontade de aprender, cansados e a professora parece não estar tão entusiasmada. Então eu comecei entrar na sala de aula, dizia: “Vamos, vamos aprender o alfabeto”. Comecei a trabalhar a leitura do alfabeto todo dia, em 15 dias o aluno com deficiência intelectual estava

6 - A grande maioria dos professores não acredita estarem preparados para trabalhar com alunos com deficiência. Acredito ser essa a maior preocupação dessa coordenadora. Não é preciso ser especialista para entender que dentro de uma sala de aula todos são diferentes em algum aspecto e que essa diferença é o que enriquece as experiências vividas pelos alunos na escola. Tendo o apoio do professor de AEE, todo professor é sim capaz de trabalhar com todos seus alunos.

dominando o alfabeto. Então você percebe que ele tem um comprometimento. O irmão desse aluno está na mesma sala, e ele conta que precisa ajudar esse irmão em tudo, ele não consegue chegar no banco e explicar que quer abrir uma conta, por exemplo... Mas a professora falava assim para mim: “ Eu não sei trabalhar com aluno especial, eu não fui formada pra isso” Aí eu falei para ela: “Mas você escolheu trabalhar com a EJA, na EJA todos são especiais⁷, você tem que ter esse trabalho diferenciado para com eles.”

Então dentro do possível, eu entro, vou lá e faço, eu sei que a professora as vezes não gosta, que eu não sou bem-vinda. É mais fácil quando trabalha todo mundo junto, rende, você vê frutos. Ao mesmo tempo em que eu culpo a professora, é uma questão de concepção, é uma coisa que ela tem que quebrar dentro dela. Eu não sei você, mas eu estou sempre com aquela idéia de que eu nunca

⁷ - Na EJA os perfis dos alunos são tão variados que receber alunos com deficiência torna-se apenas receber mais uma diferença no meio de muitas. A EJA não se prepara especificamente para receber um público pré-determinado, o que permite que todos sejam vistos como alunos com potencial, independentemente de suas especificidades.

estou satisfeita com aquilo que sei, porque se você acha que aquilo que você sabe já é o suficiente, então você fica parado e os outros são obrigados a aceitar aquilo que você é, aquilo que você quer, aquilo que você acredita ser verdadeiro. Hoje não é assim, dentro da questão de inclusão mesmo, como que você vai achar que todo mundo é quadrado e que vai caber na “caixinha”? Não dá para achar que todo mundo é igualzinho, não é! É uma dificuldade que a gente está enfrentando sim. Eu me empolgo, sou otimista, mas tem hora que desanima. Aí eu penso nos alunos e digo não, tenho que lutar por eles!

Analisando esse diálogo...

Conhecemos por meio deste diálogo que muitos alunos da EJA que são pessoas com deficiência frequentaram as classes especiais e agora, pela idade que já atingiram, vieram para as salas regulares da EJA. Fico me perguntando: por que as classes especiais ainda existem nesse município?

Se o status dado à pessoa com deficiência é o de uma pessoa limitada, incapaz, que precisa ser segregada, então o papel que ela assumirá será justamente similar a este. É com a inclusão social e, conseqüentemente a inclusão escolar, que se altera o status das pessoas com deficiência, permitindo que seu papel de cidadão na sociedade seja valorizado. (Lepri, 2012)

É na EJA que esse aluno, que se sentiu excluído da sociedade por ser segregado em uma classe especial, encontra espaço para conviver com todos e ter novamente um status, primeiramente, de PESSOA, capaz de realizar muitas atividades, sem que a sua deficiência seja uma barreira para isso.

A coordenadora refere que muitas pessoas com deficiência que estão na EJA, e que vieram das classes especiais, somente agora estão realmente aprendendo. Ela justifica esse aprendizado através de uma possível “maturidade” atingida por esses alunos, o que é um equívoco, pois as pessoas com deficiência intelectual se desenvolvem a partir de uma solicitação do meio e desde que tenham ferramentas e suporte adequado para tal.

Apesar de todo o aprendizado que esses alunos têm na EJA, a coordenadora ainda lamenta o despreparo dos professores, porém o que realmente falta nessa escola é um Atendimento Educacional Especializado para as pessoas com deficiência também na EJA. O professor do ensino regular precisa estar aberto e ciente do seu papel de educador para poder receber os alunos com suas diferenças. O professor de AEE é quem trabalhará especificamente com a eliminação das barreiras do meio, oferecendo aos alunos com deficiência todo o suporte necessário que o apoiará na sua aprendizagem.

Dessa forma, percebemos que a coordenação de educação especial dessa escola desconhece/desconsidera a Política Nacional de Educação Especial, que poderia servir

para que a rede de ensino proporcionasse aos alunos da EJA o AEE, oferecido a todos os níveis e modalidades de ensino e não somente para os alunos regulares do ensino fundamental, como vem acontecendo.

Diálogo II: as Classes Especiais municipais.

As classes especiais do município estudado estão centralizadas em uma única escola, desde 2008. Essa centralização ocorreu, pois esta escola foi construída no referido ano, sendo que sua estrutura já conta com as adaptações necessárias para receber alunos com deficiência: é uma escola térrea, com rampas, banheiros e mobiliários adaptados.

Os alunos que frequentam essas classes especiais da rede são divididos em sete turmas, sendo que duas são chamadas de “Salas de Estimulação” e cinco turmas são “Salas de Alfabetização”.

Nas Salas de Estimulação estão matriculados alunos com deficiência, que têm entre quatro e dez anos de idade. O trabalho desenvolvido nesse espaço, como o próprio nome já diz, estimula a coordenação, a fala, a criatividade, o letramento, além de trabalhar as Atividades de Vida Diária (AVD).

Já as Salas de Alfabetização recebem alunos com deficiência de sete a 14 anos de idade.

Nessa escola também funcionam salas de Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano).

O diálogo a seguir ocorreu no dia 12 de junho de 2012, nas dependências da própria escola e com sua Coordenadora de Educação Especial.

Quantos alunos estão matriculados nas classes especiais este ano?

Coordenadora - Hoje são 104 alunos.

Quais os critérios usados para que esses alunos estejam nessas classes?

Coordenadora - Eles têm que ter um parecer do psicólogo ou neurologista, tem que ter um encaminhamento, um parecer médico.

Mas é somente o médico que toma essa decisão de mandar o aluno para a classe especial ou não?

Coordenadora - Não! Ele coloca no laudo que o aluno necessita de acompanhamento em sala de educação especial juntamente com o CID dessa criança, então a equipe escolar fica sabendo se o aluno é limítrofe, se tem alguma síndrome... A psicóloga também dá o parecer dela, falando se ele é limítrofe, se ele tem que fazer parte da educação especial. Nenhuma criança entra na educação especial sem o parecer médico⁸.

Mas e se a família da criança não quiser colocar esse filho com deficiência na classe especial?

8 – Ainda é muito presente o “modelo médico” na educação especial, como se a deficiência fosse mais importante do que a PESSOA em questão.

Coordenadora - A gente não obriga. A gente conversa, mostra os prós e os contras, normalmente as mães aceitam, é difícil a mãe não aceitar. Nós não temos casos em que a mãe não aceitou matricular o filho aqui na escola. Porque tudo é conversado, por exemplo, o médico encaminha para a educação especial, então a família vai para Secretaria Municipal de Educação, fala com a Coordenadora Municipal de Educação Especial, conversam com a assistente social, depois eles vêm para conhecer a escola, nós expomos como é o nosso trabalho, e, normalmente, as mães aceitam, não temos essa dificuldade. A dificuldade maior está na hora de sair daqui e voltar para a sala regular, aí as crianças não querem, as mães também não querem. É maior a dificuldade de sair daqui, do que vir para cá⁹.

Então tem esse movimento de vir para a classe especial e depois voltar para a sala regular?

Coordenadora - Tem, lógico que tem! O ano passado tivemos um aluno que daqui voltou para a sala regular, no 3º ano.

9 – A grande maioria da sociedade ainda não tem conhecimento sobre as políticas de inclusão de nosso país, por isso aceitam facilmente propostas não inclusivas, como é o caso das classes especiais, acreditando ser a melhor forma de educação para crianças com deficiência.

E quem que decide esse retorno?

Coordenadora - Tem toda a equipe pedagógica, junto com a equipe de Educação Especial Municipal. Não é assim “deu, deu, não deu, não deu!” Tem toda uma equipe

que toma essa decisão¹⁰.

Existem alunos com deficiência nas salas regulares aqui?

Coordenadora - Existe! Tem um cadeirante no 5º ano. E tem um aluno no 4º ano que tem uma deficiência física no pé.

10 - Aqui a classe especial me parece ser um local para onde as crianças vão a fim de “consertarem” aquilo que há de errado, como condição para poderem retornar à chamada escola “normal”.

Mas qual é o critério para decidir qual aluno vai para a classe especial e qual vai para a sala regular?

Coordenadora - A gente faz avaliações, diagnósticos, então vou dar um exemplo: eu recebi o aluno “X” que estava no 2º ano, então a professora da educação especial vai trabalhar diante do que esse aluno sabe, ele tem que caminhar para frente. Então nós temos os objetivos do 2º ano, se ele conseguiu atingir os objetivos do 2º ano, a gente não aplica uma prova, mas faz uma avaliação. Depois conversamos com o pessoal da Educação Especial lá da Secretaria da Educação, juntamente com a professora, com a pajem, eu, a diretora aqui da escola e a psicóloga, nós fazemos uma avaliação do rendimento do aluno, verificamos se ele vai conseguir acompanhar, nesse caso seria o 3º ano, aí se ele conseguir, a gente chama a mãe, conversa com essa mãe e se precisar ele vem no período contrário para o AEE, que é o Atendimento Educacional Especializado.

Então tem o AEE aqui?

Coordenadora - Têm! Todas as escolas do município têm salas de AEE.

E como elas funcionam?

Coordenadora - Tem que ter uma professora formada em Educação Especial. São grupos pequenos de alunos. Os professores atendem a demanda em período contrário ao da sala regular.

Como são as atividades dessas salas?

Coordenadora - É diversificada que nem na classe especial. Isso tem que estar muito claro, porque todo mundo confunde. Educação Especial, especificamente o AEE, não é uma sala de reforço. Porque todo mundo fala que é, mas não é! Reforço, toda escola tem

sua professora do reforço. O AEE, ele trabalha a dificuldade do aluno, diferenciado da sala de aula. É que como classe especial, é um trabalho diferenciado, é direcionado ao aluno, para ele suprir suas necessidades, mas não é um reforço. Vou dar um exemplo, vamos supor que você é professora e tem um aluno na sala regular que está no AEE também. Se você está na época de prova, jamais o professor do AEE vai trabalhar aquilo que você vai aplicar na prova do dia seguinte. O professor do AEE vai trabalhar com o aluno “X”, que está com dificuldade em produção de texto, através de outras intervenções, ela vai tentar sanar essa dificuldade de produção de texto.

E não é todo aluno com deficiência que vai para o AEE?

Coordenadora - Não, ele tem que ter um parecer médico para ir para o AEE, não é que o aluno tem dificuldade e já vai para o AEE, não! Tem que ter um parecer, tem que ter um laudo. Porque o aluno que frequenta o AEE ele tem que estar matriculado na rede regular e também tem que estar matriculado no AEE, para constar na Prodesp em São Paulo. Então ele tem que ter duas matrículas. Não é algo aleatório.

A sala de recursos multifuncionais existe somente na escola P. F.*?

Coordenadora - Tem no P. F. e no F. M.*. No F. M. também tem uma sala para deficientes auditivos. E no P. F. tem um professor que acompanha os alunos e faz o atendimento no período da tarde.

(* P. F. e F. M. são referentes às iniciais do nome de duas escolas municipais)

E existe a possibilidade de um aluno que está aqui na classe especial ir para a APAE, ou que está na APAE e depois vem para cá?

Coordenadora - No ano passado tivemos casos de alunos que foram para a APAE, mas é tudo conversado com a mãe, não é que nós decidimos e vai. É tudo conversado, conversado com a APAE. Mas da APAE para cá nunca tivemos esse processo.

E quem toma a iniciativa de decidir que é melhor ir para a APAE? Coordenadora - É a equipe médica. Eles entram em contato com a equipe pedagógica, com a assistente social, é tudo estudado. É isso que tem que ficar claro, quem não tem noção acha que a

gente que decide e acabou, mas é tudo analisado¹¹.

Mas então tem muita intervenção dos médicos?

Coordenadora - Tem! Tem os psicólogos... É assim, tudo da educação especial e do AEE, é por registro. Então, por exemplo, vamos ter que estudar o aluno "X", então a gente tem que pegar todo o registro, porque de memória ninguém lembra tudo. Então a gente tem que avaliar passo a passo, tudo certinho. E tudo sempre com os pais junto, porque os pais são os maiores interessados, eles querem saber. Então às vezes falam por aí que para tal lugar é melhor. Mas quem somos nós para saber? Então tem que toda uma equipe trabalhar junta.

11 - Durante minhas observações nas classes especiais pude ter contato com um aluno que, a pedido da assistente social, foi encaminhado à APAE, pois a família não havia assumido a responsabilidade de procurar os acompanhamentos necessários (médico, fonoaudiológico, psicológico...). Sendo assim, a APAE foi a forma encontrada para melhor atender esse lado médico que estava em falta na vida daquela criança.

Tem aluno que está aqui e na APAE?

Coordenadora - Não, ou um ou outro.

E tem alguma outra instituição de educação especial que trabalha junto com vocês?

Coordenadora - Tem uma aluna na rede municipal que está na Fundação Síndrome de Down¹², mas ela não é aqui da classe especial, é do AEE de outra escola. Por isso nós temos esse contato com a Fundação Síndrome de Down. Eu também vou lá na Fundação, porque trabalhar sozinho, não é que é difícil, mas eu acho que mistura muito na cabeça da crianças, então você tem que trabalhar na mesma linha da outra instituição, para a criança poder se desenvolver mais, além de ser melhor para ela, é mais rápido do que eu trabalhar numa linha e a Fundação trabalhar em outra, então a gente se junta para ver qual a estratégia para trabalhar melhor.

12 - Durante meu estágio no ensino fundamental tive a oportunidade de conhecer e observar a sala onde esta aluna com Síndrome de Down estava matriculada. A professora costumava me contar sobre tudo o que estava trabalhando com a turma e sobre como a Fundação a orientava para que as atividades dessa aluna com Down não fossem diferentes das atividades das outras crianças.

E a inclusão na sua percepção? Existe aqui no município?

Coordenadora - Existe, existe! Em todas as escolas existe.

E o que foi feito pra que isso acontecesse?

Coordenadora - Trabalho de conscientização, trabalho de formiguinha. Porque agora não é mais visto “aluno de inclusão”, tanto é aceita a inclusão que já temos em todas as escolas. Todas as escolas que são do município têm o AEE nos dois períodos, manhã e tarde.

E é um professor de AEE para cada escola? Ou é um professor para várias escolas?

Coordenadora - Depende da carga horária. Tem escola que fica só uma professora, de manhã e a tarde. Tem escola que a professora vai duas vezes por semana e os outros dois dias ela vai em outra escola. Depende da demanda de cada escola, tem escola que tem menos aluno no AEE, então tem um professor, tem escola que tem mais aluno então tem que ter mais de um professor. Como são dois períodos, manhã e tarde, e nem todo professor pode dobrar o período, então também acaba tendo dois professores.

Mas acontece da escola ficar sem o professor de AEE?

Coordenadora - Não! Até agora não. Desde quando começou o AEE em 2010, as escolas nunca ficaram sem professor.

E o que você pensa sobre os alunos com deficiência na escola regular?

Coordenadora - Então, todo mundo fala que a inclusão é bonita no papel. Nós como estamos na educação especial, vemos a inclusão de um outro modo. O aluno que sai daqui e vai para a sala de aula, ele não tem tanto problema, porque eles já estão inseridos numa escola que tem alunos do 1º ao 9º ano, então eles convivem. Por exemplo, à tarde são as turmas do 6º ao 9º ano e eu tenho duas classes especiais, uma de alfabetização e uma de estimulação. Se tiver um evento do 6º ao 9º ano, então a educação especial participa também. Se do 1º ao 5º de manhã tiver algum um evento, todo mundo participa junto, não tem a diferenciação só porque é educação especial vai fazer isso e não aquilo. É tudo junto! Festa de final de ano é junto, recreio é junto também. Então para nós a visão de inclusão é uma coisa normal, não tem aluno de

inclusão. Para nós aqui da escola não tem isso, nós já estamos no ritmo. Você viu nos recreios, não tem diferenciação¹³.

Tem muito aluno que eu percebi que o problema maior é social, familiar...

Coordenadora - Depende...

Eu vejo que o problema se agrava por causa da situação familiar...

Coordenadora - Ah sim! Com certeza, mas eles todos tem um déficit. Vamos supor assim, se você

nascer numa família “X” que te dá estimulação, que te envolva, analisa você, e você nascer numa outra família que não consegue te dar isso. Em qual você vai se desenvolver melhor, independente de você ter deficiência ou não? É aquela que te estimula! Então o fato da família não te estimular acentua mais o social dela, mas eles têm um parecer de limítrofe.

Você acha que a tendência do município é manter a classe especial ou você acha que ela pode acabar um dia?

Coordenadora - Tudo depende de leis, né? Eu acho que mantém, até a hora que o governo falar que vai extinguir, que vai todo mundo para a sala regular. Aí não tem jeito, tem que extinguir... Mas se depender de mim não fecha nunca!

Por quê?

Coordenadora - Não é que eu goste, mas imagina um aluno, imagina o R. que você se encantou quando fez suas observações aqui, imagina ele inserido sem estar preparado pedagogicamente, o que vai acontecer com esse aluno na sua opinião?

Ah, eu acho que depende de um monte de fatores...

Coordenadora - Mas se ele tiver um preparo, independente desse um monte de coisas,

13 – Se esses alunos já convivem durante os recreios, festas e atividades extraclasse, então por que não permanecem o tempo todo nas salas de aulas comuns? Com a quantidade de professoras com especialização em educação especial que essa escola possui, para manter essas classes especiais, daria perfeitamente para fazer um belo trabalho de AEE em todas as escolas da rede!

ele vai fluir mais!¹⁴

Tem muito aluno aqui que toma medicamentos do tipo Ritalina?

Coordenadora - Tem muito. Digamos que 80% deles. Agora eu que te pergunto, imagina essas crianças sem um preparo pedagógico, de vida prática, numa sala de inclusão com 35 alunos.

14 – R. foi uma criança que observei em uma das salas de estimulação. Tinha 5 anos e seu diagnóstico era de hiperatividade. A coordenadora diz que me encantei por ele, porque certo dia cheguei a questioná-la sobre o porquê de uma criança da educação infantil vir para uma classe especial, sendo que ele é extremamente criativo e caprichoso com suas atividades escolares. Ela então explicou que ele precisa se preparar para estar numa escola regular, aprender a lidar com suas dificuldades primeiro para poder ter um melhor rendimento escolar depois.

Analisando esse diálogo...

Ainda é possível perceber uma grande presença e influência do modelo médico na interpretação dos quadros de deficiência, nas decisões educacionais relativas a alunos com deficiência. É esse modelo que define e orienta a matrícula em classes especiais e prescrevem medicamentos a fim de melhorar o desempenho intelectual de tais alunos. Esses aspectos demonstram que pessoas com deficiência ainda são vistas, primeiramente, como deficientes e não como PESSOAS com deficiência, pois ao medicar e indicar classe especial, fica claro a tentativa médica de “ajustar” a criança primeiro, tentar mascarar sua deficiência, para depois ela poder conviver com os tipos “normais”.

Essa coordenadora acredita ser essa uma forma de inclusão, acredita que, por estarem instaladas em uma escola regular, as classes especiais são inclusivas, pois os alunos com deficiência convivem com as demais em momentos como intervalos e festas. Ela também confunde as duas formas de inserção: a integração, que é uma inserção parcial, condicionada a uma preparação anterior do aluno para frequentar o ensino regular com a inclusão, que é sempre total, de todos, para todos e não apenas para uma minoria que tem as qualidades desejadas pela escola.

O trabalho realizado pelo AEE, que faz parte do processo de inclusão dos alunos com deficiência na escola, tem seu caráter confundido nesse diálogo. Em uma tentativa de explicar a função do AEE, que se difere do reforço escolar, ambos se confundem, já que o AEE não trabalhará as dificuldades dos alunos (como é o caso do reforço), mas sim as possibilidades diversas que cada um tem de desenvolver-se.

Durante minhas observações nessa escola onde estão as classes especiais, convivi durante os recreios com todas as crianças. Uma delas me fez pensar muito ao me questionar:

-Você só vai ficar na turma dos especiais?

O que essa coordenadora chama de inclusão, eu chamaria de diferenciar para excluir. A fala dessa criança sem deficiência demonstra que os alunos com deficiência são todos colocados em uma mesma “caixa”, a “caixa dos especiais”.

Será que isso que essa coordenadora chama de inclusão tem como fundamento a idéia de que as diferenças são normais em todos nós? Se é na escola o local onde as crianças mais convivem, mais aprendem e desenvolvem maneiras de pensar, uma escola que segrega os alunos com deficiência tem privado todos os alunos de aprenderem a conviver, respeitar, entender e questionar as diferenças.

Diálogo III: O Atendimento Educacional Especializado, a Sala de Recursos Multifuncionais e o Professor de Educação Especial.

Diálogo ocorrido no dia 19 de junho de 2012, nas dependências de uma escola municipal que atende alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, nos períodos da manhã e da tarde, além das turmas da EJA (também do 6º ao 9º ano) no período noturno.

O professor com quem dialoguei faz o trabalho do Atendimento Educacional Especializado e é também professor-intérprete de dois alunos surdos que atualmente estão em uma mesma sala de 9º ano.

Quantos alunos a sala de recursos multifuncionais daqui atende?

Professor - Atualmente, que é onde eu fico à tarde, cada dia, cada horário são alunos específicos. No total são 10 alunos.

E quantos professores são?

Professor - Só eu!

E como esses alunos são encaminhados para essa sala?

Professor - Então, normalmente tem um laudo médico, aí é passado para a coordenadora de educação especial aqui do município, eles continuam matriculados normalmente e no período oposto eles vem e fazem o AEE. Como nós não temos muitos profissionais na área, os alunos da tarde são atendidos a tarde mesmo, em um momento eu tiro eles da sala de aula, atendo, depois eles voltam para a sala de aula.¹⁵

E que tipos de atividades são desenvolvidas nessa sala?

15 – Essa falta de professores de AEE não deveria ocorrer, visto que o aluno, ao ser retirado da sala regular para ir ao AEE, terá seu aprendizado em sala de aula prejudicado. O AEE tem função complementar da educação regular, não pode substituí-la nem prejudicá-la.

Professor - Depende da especificação de cada aluno, porque à tarde a gente tem aluno com baixa visão, tem aluno com baixa mobilidade, tem dois alunos com deficiência intelectual, com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, tem os surdos, então depende o que acontece, depende da dificuldade de cada aluno, então é sempre baseado em sala de aula, então tem um aluno com deficiência intelectual leve, ele está com muita dificuldade em matemática, a série dele é o 7º ano, ele está começando a ver regra de três, equação do terceiro grau, isso exige saber as quatro operações, mas ele tem muita dificuldade, então eu vou trabalhar as quatro operações da matemática de todas as formas possíveis para a retenção do conhecimento¹⁶. Uso material dourado, faço jogos, brincadeiras, uso qualquer recurso necessário para que ele consiga desenvolver aquele conteúdo específico. Cada um é uma atividade diferente¹⁷.

E aí no caso dos surdos eles têm aulas de LIBRAS?

Professor - Então, os surdos do ano passado a gente dava como se fosse um reforço no português, porque a maior dificuldade do surdo é com português, porque o português para eles é uma segunda língua, então é muito difícil. Esse ano a gente opinou por outras coisas, apesar de eles estarem tendo aquele reforço geral no português, eu acredito que a gente tem que partir da prática do aluno, eu pensei: O que adianta ele aprender a fazer uma carta, por exemplo, se ele não consegue ir ao mercado fazer compras? Se ele não conseguir viver socialmente? Então esse ano, com os surdos, eu fiz um projeto social de inclusão na sociedade. Na quinta-feira eles vêm, e aí, por exemplo, a gente vai ao mercado, eles se viram, dou R\$5,00 para cada um e digo para comprarem tal coisa. Isso é para eles aprenderem a viver em sociedade, porque os surdos nossos, nós temos um problema, eles não conhecem nenhum surdo adulto, então ou eles acham

16 - Ainda é confusa a função da sala de recursos multifuncionais. Basear as atividades realizadas na sala de recursos multifuncionais com as dificuldades de aprendizagem dos conteúdos escolares é algo que não corresponde ao AEE. Novamente: AEE não é reforço escolar!

17 - Visitei a sala de recursos multifuncionais junto com esse professor de AEE. Ele me mostrou uma série de materiais confeccionados por ele, pensados especificamente para um determinado aluno, de acordo com sua idade, com aquilo que precisa ser trabalhado e com a área de interesse daquela criança com deficiência.

que os surdos adultos não existem, ou acham que os surdos adultos são mal sucedidos¹⁸, ou acreditam que para eles terem uma vida normal, todo mundo precisa saber LIBRAS. Aí eu falo para eles o seguinte, não é necessário saber LIBRAS para ter uma comunicação, existem “N” sinais que nós usamos que todos vão entender. Se você vai à padaria você aponta, faz sinal de dinheiro, todo mundo conhece, a atendente não precisa falar em LIBRAS, ela digita na balança o

18 – O município onde ocorreu essa pesquisa é pequeno, têm em média 60 mil habitantes, isso dificulta a formação de um grupo surdo onde esses meninos poderiam ter contato com surdos adultos. Seria muito interessante que esse professor de AEE apresentasse a seus dois alunos surdos um surdo adulto, com quem pudessem conversar de igual para igual sobre a surdez e a vida de um surdo na sociedade.

valor, aí você olha na balança o valor, você conhece número, você sabe quanto é, e aí vai tendo a comunicação. Então eu estou tentando ensinar para eles como viver em sociedade, porque na nossa situação atual eles acreditam que no banco tem dinheiro, que é só você ter cartão que você tem dinheiro. Então eu expliquei para eles que você trabalha, aí você tem o dinheiro, e então com seu cartão você pode tirar esse dinheiro, não é a qualquer momento que você vai lá e pode retirar. Eles não sabem o que é um cartão de crédito, de débito, eles nunca foram a um banco. Quando vão ao banco eles não sabem para quem pedir ajuda.

Essa minha idéia surgiu porque um deles só compra comida em um lugar, aí eu digo que ele precisa comer outras coisas, de outros lugares. Aí ele fala que tem o pai e a mãe que fazem isso por ele, aí eu digo que o pai e a mãe não vão viver eternamente. Eles já têm maturidade para eu falar assim com eles. Eu falo: você vai depender dos outros até quando? Dá para vocês viverem sozinhos tranquilamente, vocês são inteligentes.

A gente já foi no mercado, a gente já foi numa concessionária, porque eles achavam que carro era fácil de comprar... E com isso eu fui ensinando sinais novos para eles, porque tem muitos sinais que eles ainda não sabem.

Esses alunos começaram a aprender LIBRAS quando?

Professor - Foi agora em 2009.

E antes disso?

Professor - Não tinha comunicação.

Eles iam para a escola? Como era?

Professor - Eles iam para a escola, mas não tinham comunicação.

Escola regular?

Professor - Regular aqui do município.

E eles foram indo...

Professor - Empurrados!

E eles não foram alfabetizados?

Professor - Não foram alfabetizados, não sabiam nem ler nem escrever¹⁹. Agora eles sabem ler, eles sabem ler a LIBRAS, não vou falar que eles são fluentes, tem “N” sinais que eles não sabem, até porque a LIBRAS, por ser uma língua, ela está sempre em movimento, então surgem novas palavras, novos conceitos, então eles não sabem muitos sinais, mas o suficiente para se comunicarem com outros surdos, quando se encontrarem na rua, ou com o intérprete. Então

19 - Aqui temos um exemplo de dois alunos que passaram por um processo de inserção na escola, mas não de inclusão. Eles estavam inseridos na sala regular, porém o aprendizado não foi garantido, pois houve uma falta de atendimento educacional especializado que trabalhasse principalmente o que esse professor vem ensinando agora: a LIBRAS.

agora, de 2009 para cá que eu comecei a pedir textos para eles, aí de repente a pessoa fala: “Nossa, quatro anos que você está com eles e eles não sabem escrever, por quê?” Porque é diferente o sistema de ensino de leitura e escrita, também tem a questão da alfabetização, o surdo se alfabetiza pela imagem da palavra, também tem a questão do cognitivo que o Piaget fala, que nós temos a habilidade de aprender, uns falam que é até os sete anos, outros que é até os 12, que a gente tem uma facilidade maior, depois fica mais difícil. A retenção do conhecimento deles acontece, mas demora porque não tinha comunicação, não tinha estímulo para isso, então é mais difícil, mas hoje eles já conseguem escrever algumas coisas sozinhos, só que para eles escreverem um texto de 30 linhas, ele vai me perguntar umas 30, 40 como se escreve. Mas, o que eles têm que é importante frisar, é que eles já têm o raciocínio lógico, então eles sabem o que eles

querem escrever, eles só não conseguem escrever, codificar no português, mas eles já conseguem em alguns momentos.

E os outros alunos que você atende, eles já vieram alfabetizados?

Professor - Sim, vieram sabendo ler e escrever. Tem dois alunos com deficiência intelectual e eles têm dificuldade tanto na parte do português, quanto na parte da matemática. Aí eu dividi assim, primeiro semestre vou trabalhar português e no segundo matemática, aí você percebe a dificuldade deles, não por causa da deficiência, por que um tem leve e o outro moderada, não é uma deficiência que atrapalhe excessivamente, mas aí eles não sabem que “sobe um” na conta de mais, na verdade não “sobe um”, “sobe 10”, é uma dezena. Os professores, não criticando, não explicam direitinho, eles falam “vai um”. Então eu explico, uso o material dourado, bem visualmente, porque toda criança aprende visualmente. Uma pesquisa realizada mostra que 83% do que nós aprendemos é pela visão, do que pelos outros sentidos. Então muitas vezes dizem “Ah, aquela criança não aprende porque ela tem uma deficiência”, porém não é a deficiência em si que é equivalente ao fracasso escolar, e sim a prática pedagógica utilizada para ele até então²⁰. Então eu tento fazer as coisas diferentes para que eles possam entender. O problema dos professores que eu vejo é que eles chegam tentando impor a ideologia deles e aí o aluno já tem a ideologia dele também, aí fica esse embate, mas se você acata a realidade do aluno, sabe do contexto em que ele vive, as práticas dele e aos poucos você vai mostrando: “Olha, tem esse livro aqui”, assim você ganha o aluno e aí você vai conseguir ensinar.

20 - Esse professor demonstra, nesse momento, clareza com relação ao trabalho de professor de AEE, pois percebe que o aluno com deficiência pode aprender, se suas práticas como professor estiverem voltadas para aquilo que o aluno tem de melhor, e não negando a deficiência e suas especificidades.

Tem alunos de outras escolas que frequentam o AEE aqui?

Professor - Esse ano não, mas ano passado tinha. Vários alunos surdos e baixa visão vinham para cá.

E esse ano não?

Professor - Esse ano eles estão sendo atendidos na própria escola em que estão. Na área da surdez são três professores, um para educação infantil, um para fundamental e eu

aqui no fundamental II, para deficiência intelectual são as classes especiais lá da escola C. M.* Eles nomeiam classe especial, mas registrado eles não usam mais classe especial, não pode, porque se prega a inclusão e por se pregar a inclusão ele está matriculado na escola regular, porém está na classe especial, ninguém precisa saber disso, o município sabe, tem um laudo médico condizente à necessidade, mas a classe especial não tem, quer dizer tem.

(*Abreviação do nome da escola.)

Meio disfarçado²¹.

Professor - É...

E a sala de recursos multifuncionais onde você trabalha, como é?

Professor - A sala de recursos multifuncionais pode ser o espaço ou pode ser a sua maneira diferenciada de trabalhar com o aluno²². Tem escolas que você olha e diz: “Nossa! Que sala de recursos multifuncionais, tem tudo!”, mas o professor não sabe trabalhar, então não tem sucesso. As pessoas então comentam que a sala de recursos multifuncionais não funciona, acabam dizendo que o que funciona é a integração, aí jogam o aluno lá sem apoio nenhum, aí o aluno não se desenvolve. Aí dizem: “Ah, tem que ser classe especial”. Então tudo depende do profissional²³.

A inclusão dos alunos deficientes nas salas regulares existe em nosso município?

Professor - Depende, existe, mas não existe. Vou falar aqui dessa escola, porque só agora que os professores aceitaram os alunos surdos, mas no

começo eles estavam lá, estavam inclusos, tinha um profissional lá, mas o professor regular não olhava para a cara dele: “Ah, não pedi para ele estar aqui, não me formei para isso, fica aí com seu surdinho”, então oficialmente ele está incluso. Então eu ví

21 - Com o esclarecimento desse professor podemos entender que as classes especiais, já superadas pelas políticas de inclusão nacionais, ainda existem em escolas municipais e com o nome de sala comum, tendo seu ensino caráter substitutivo e não complementar, contrariando a nova Política de forma disfarçada.

22 – O professor equivocou-se ao comentar que a sala de recursos multifuncionais pode ser uma forma diferenciada de trabalhar com o aluno. Essa sala é o espaço físico equipado com materiais adequados, onde o AEE deve ocorrer.

23 – Os professores precisam saber o que é o AEE e como desenvolver o atendimento nessa sala. De fato, se os profissionais que estão no AEE desconhecem o que esse atendimento propõe, é justo dizer que para os alunos se desenvolverem é melhor a classe especial.

você perguntando para o aluno lá na sala se ele sabia LIBRAS, ele sabe um pouco, porque eu ensinei a sala toda. Aí você pergunta: “Como deve ocorrer a inclusão dos surdos?” Para mim seria todos conseguindo se comunicar com eles, através da LIBRAS ou de outras maneiras, como a “comunicação caseira” que a gente chama²⁴.

24 – Os professores das turmas comuns equivocam-se achando que só podem lecionar para determinados alunos que “dão conta” do que ele aprendeu a ensinar; um professor que tem um aluno surdo deve procurar aprender a LIBRAS, juntamente com os demais alunos ouvintes, de modo que a comunicação ocorra, e que a chamada “comunicação caseira” não seja mais utilizada.

Analisando esse diálogo...

Apesar do município em questão já possuir o Atendimento Educacional Especializado em todas as escolas públicas da rede, a falta de professores atuando nessa área ainda dificulta o pleno desenvolvimento desse trabalho. O aluno ainda é retirado da sala de aula para receber o acompanhamento do professor de AEE, o que acaba, em alguns momentos, substituindo a aula na sala regular, sendo que este não é o objetivo do AEE, seu caráter é complementar, jamais substitutivo.

Em certos momentos o trabalho realizado por esse professor de AEE é condizente com a função do AEE: trabalhar a LIBRAS e as atividades de vida diária (AVDs) com os alunos surdos. Essas atividades são importantes, pois garantem uma maior autonomia e liberdade, tanto na comunicação, quanto no convívio e nas atividades diárias. Porém é preciso cautela para diferenciar as atividades anteriormente descritas com as atividades de português e matemática que algumas vezes são trabalhadas com esses alunos. Reforçar as atividades trabalhadas em sala de aula jamais pode estar entre as atividades desenvolvidas nas salas de recursos multifuncionais. AEE não é reforço!

Um ponto positivo desse professor é seu interesse por conhecer seus alunos e aquilo que mais atrai a cada um deles. O AEE deve ter essa sensibilidade para poder trabalhar os aspectos mais relevantes para cada aluno, aquilo que realmente poderá ajudar-lhe em seu desenvolvimento na sala regular e no convívio dentro e fora do ambiente escolar.

Podemos perceber que a falta do AEE é um dos fatores que impossibilita o sucesso da inclusão dos alunos com deficiência nas salas regulares. O caso dos dois alunos surdos que chegaram ao ensino fundamental II sem dominarem uma língua evidencia que a inserção apenas permite o convívio fora do ambiente familiar, mas não garante o aprendizado.

Se comparado ao que era anteriormente, a educação especial nesse município tem evoluído muito, desde a integração dos alunos nas salas regulares até a implantação das salas de AEE em todas as escolas municipais. Mas diante daquilo que as políticas de

inclusão escolar colocam, ainda faltam alguns passos a serem dados. Começando pelo aumento do número de professores de AEE, para que todos os alunos com deficiência possam ser atendidos em seus contraturnos escolares, seguido de uma revisão dos objetivos do AEE, para que o caráter de reforço não seja considerado dentro do atendimento dos alunos com deficiência.

Diálogo final: A Política Nacional de Educação Especial em pauta.

O diálogo a seguir aconteceu com a Coordenadora Municipal de Educação Especial, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, no dia 13 de setembro de 2012.

Interessante notar que faz apenas seis anos que o município abriu esse cargo de Coordenador de Educação Especial. Antes, as classes especiais e os alunos com deficiência que estavam nas salas regulares tinham como coordenadores os próprios coordenadores pedagógicos das escolas.

O que faz uma coordenadora de Educação Especial?

Coordenadora - Aqui, como Secretaria de Educação, nós começamos com um ritmo de trabalho e hoje já é outro, embora seis anos pareça bastante tempo, mas ainda é pouco, cada ano a gente ainda muda alguma coisa. Hoje eu organizo todo o quadro de atendimento das crianças e dos adolescentes com deficiência, atendimento educacional da escola, terapêutico, os encaminhamentos, as formas de atendimento, as parcerias com as outras secretarias, a de saúde, a promoção social, então esse acompanhamento geral desses alunos eu faço aqui. A gente tem a coordenadora específica de cada escola, que são elas que estão mais próximas dessas crianças, mas a gente sempre está em contato para poder direcionar esse atendimento para cada um. Porque a forma de atendimento a gente não generaliza, então cada aluno a gente senta, e é um por um, como vai ser atendido, onde, com quem, para fazer o melhor possível para ele.

O encaminhamento inicial é na escola, a gente tem feito de uns dois anos para cá a prevenção, então desde a creche existem casos que a gente já percebe, então geralmente as professoras encaminham via coordenadora, aí vem para cá, aí aqui na secretaria tem eu da educação especial e tem o serviço social da educação também, aí a gente conhece a criança, entrevista a mãe, aí já começam os encaminhamentos da parte médica e depois, junto com a parte médica, a gente fecha o atendimento educacional, para onde ele vai ser atendido, como, e quando. Então começa desde a creche, não que as outras séries também não cheguem até nós.

Quantos alunos com deficiência existem nas escolas municipais?

Coordenadora - Uma média de 280 a 300 alunos.

E desses alunos quantos estão na sala regular?

Coordenadora - São 200 alunos no regular e uns 100 nas classes especiais. Fora os da APAE que a gente tem o projeto.

A é?

Coordenadora - É, faz dois anos que nós não tínhamos vaga na APAE e ela funcionava em meio período só. A gente tinha uma demanda grande de alunos com deficiências um pouco mais severas, onde precisavam ter os profissionais de terapia, fonoaudiologia, fisioterapia, neurologia, mais intensivamente, e a APAE não funcionava de manhã. Então a gente fez um projeto junto com a APAE, onde a prefeitura repassa uma verba mensal e 30 alunos mais severos são atendidos na APAE através desse projeto²⁵.

E tem algum aluno na sala regular que no outro período vai para a APAE ou não?

Coordenadora - Não, normalmente isso acontece em outros municípios, porque a APAE faz um trabalho de apoio especializado e aqui a gente tem isso nas escolas de ensino regular, então toda escola regular nossa tem o AEE, que é o Atendimento Educacional Especializado, tem escola que tem mais de uma sala criada já. Então aí eles ficam no regular e vão para o AEE, por isso a APAE não tem esse serviço aqui no município ainda, por isso que as escolas têm o AEE.

25 – Um dos “buracos” da política nacional de inclusão de alunos com deficiência é que são permitidos repasses de verbas para as instituições de educação especial, como é o caso das APAES.

Sobre a Política Nacional de Educação Especial, o que você entende por natureza complementar e não mais substitutiva?

Coordenadora - A substitutiva seria substituir o regular, então, por exemplo, a minha classe especial é substitutiva, mesmo não sendo o que a política nacional trás como diretriz, o município ainda mantém, em alguns casos a substituição. E a complementar é o AEE, que complementa, suplementa o atendimento do ensino regular, mas o município ainda tem o atendimento que substitui o ensino regular, que são as classes especiais, que hoje quase já não existem mais.

O que os alunos aprendem nas classes especiais que difere do que eles aprenderiam numa sala regular?

Coordenadora - Na classe especial, o conteúdo é o mesmo. Eles aprendem os mesmos conteúdos em ritmos diferentes do ensino regular. Então na classe especial o objetivo é específico para cada criança, a gente faz um planejamento individualizado para essa criança, em um tempo indeterminado²⁶, conforme ela vai avançando esse planejamento, aí ele vai andando. Há diferença para aquelas crianças que não tem os conceitos de vida diária, os AVDs que a gente chama, a classe especial também trabalha isso, mais que o ensino regular, não que o regular não trabalhe, mas na classe especial é um dos pontos principais a autonomia deles a independência deles para a as atividades do dia-a-dia e isso está marcado mais na classe especial do que no ensino regular. Os conteúdos em termos pedagógicos são os mesmos, o foco da classe especial é a alfabetização, então eles vão para a classe especial até que eles sejam alfabetizados e aí eles voltam para o ensino regular.

26 – Um dos grandes problemas das classes especiais se encontra nesse período indeterminado que o aluno com deficiência tem para aprender. Creio que as salas da EJA contam com grande número de alunos com deficiência justamente por isso: eles passam muito tempo na classe especial e acabam atingindo uma idade que não corresponde mais ao ensino regular, restando somente a EJA como opção de ensino.

E como é esse retorno, quem decide?

Coordenadora - Quem colocou normalmente é a equipe médica junto com a pedagógica, eu, a assistente social, e a volta normalmente passa por isso. Tem a psicóloga que faz a avaliação junto com a professora e com a gente aqui da Secretaria da Educação. Aí começa gradativamente²⁷, a gente não coloca de um dia para o outro, então ele vai e fica três vezes na semana, e daí vai aumentando, até chegar o regular integral. Às vezes ele sai de lá e vai para a educação de jovens e adultos, porque já tem a idade, tem bastantes alunos na educação de jovens e adultos, porque ele está com mais de 14 anos, ele se alfabetizou agora, então eu não posso colocá-lo no

27 – Esse retorno do aluno à escola regular deve ocorrer igualmente como ocorre a entrada de uma criança sem deficiência na escola. Não é necessário preparar o aluno para voltar, a escola não deve estabelecer condições para que este a frequente. Essa adaptação é natural e ocorre com o passar do tempo, conforme a escola for estudando esse aluno e estabelecendo os planos de ação para ele.

2º ano, junto com crianças de 7 anos, aí ele vai para a EJA e a resposta tem sido muito boa, porque ele já tem a alfabetização básica e aí ele vai avançando no tempo dele.

E você tem uma média de quantos anos eles passam na classe especial?

Coordenadora - A média, depende muito da clientela, quando eu entrei a clientela era uma, hoje eu tenho uma clientela, vamos dizer, com deficiências um pouco mais acentuadas. Para encaminhar para a classe especial, não é assim: “Ai, tem uma dificuldade de aprendizagem e só.” Então a média hoje está mais ou menos, em uns quatro anos.

Mas não tem série, né?

Coordenadora - Não. A gente até faz uma classificação interna, de acordo com a idade, com o perfil, com o desempenho pedagógico de cada um, mas não tem uma série. Cada classe tem seus objetivos específicos, então a gente tenta dar uma separada para não misturar os de quatro anos com os de 14 anos.

E a sala de recursos multifuncionais, elas existem?

Coordenadora - Tem, a gente chama de recursos a sala de AEE, então todas as escolas têm, todas estão superlotadas, porque os que estão no ensino regular geralmente precisam desse apoio.

E você tem números, quantos estão frequentando a sala de recursos multifuncionais?

Coordenadora - 200. Todos os 200 que estão no regular estão também no AEE.

E qual a diferença entre: sala de recursos multifuncionais, classe especial e sala de recursos para surdos e cegos?

Coordenadora - O aluno vai para a sala de recursos multifuncionais duas vezes na semana, por duas horas, onde é atendido pelo professor de educação especial²⁸. É trabalhado de forma diferente da sala de aula, porque na sala regular ele já tá com caderno, lousa, então a gente procura fazer um trabalho mais direcionado, também é feito um planejamento específico para esse aluno, a partir das necessidades dele. As atividades, a gente vai mais para os jogos, para as atividades lúdicas, porque ele já ficou de manhã na escola, se a tarde ele for e tiver que fazer cópia, ele cansa. Então à tarde a gente tenta trabalhar a base da aprendizagem mesmo²⁹, o que está faltando para ele conseguir essa alfabetização, essa aprendizagem? O que falta para ele avançar? Então ele vai lá, é atendido em pequenos grupos, tem caso que é até individual, máximo de quatro ou cinco crianças por grupo³⁰. A classe especial funciona como a sala regular, o aluno fica lá por cinco horas, é lógico que não tem o mesmo trabalho de uma sala regular, a gente tem uma série de atividades no meio disso, tem dança, tem teatro, tem aula de karatê, tem música, intercalando com o trabalho da sala³¹. No caso do aluno cego, a professora acompanha esse aluno na sala regular, em alguns momentos da semana, não é o tempo todo, porque a gente está com falta de profissional esse ano, muita falta de profissional, tanto no intelectual, quanto no visual e no auditivo. Esse ano o professor tem uma aluna com baixa-visão, quase cega já, então esse profissional acompanha essa aluna durante a semana e no

28 - Esse município fixa uma carga horária semanal de quatro horas de AEE para todos os alunos com deficiência, porém essa carga horária deve ser definida de acordo com cada aluno, com suas necessidades e pelo planejamento feito pelo professor de AEE para cada caso. Não se pode generalizar o AEE para grupos.

29 - Pelo que a coordenadora define como sala de recursos multifuncionais, pode-se constatar que ela desconhece a função do AEE colocando-o como uma espécie de reforço escolar, onde as bases da aprendizagem são trabalhadas para que o aluno consiga “acompanhar” a sala regular.

30 - Outro aspecto colocado nessa etapa da entrevista é que os alunos vão para a sala de recursos multifuncionais para conseguirem ser alfabetizados, sendo que esta não é a função do AEE. Alunos já alfabetizados ou que ainda não estão em fase de alfabetização podem e devem frequentar o AEE para receberem atenção específica relacionada às suas deficiências de modo que possam ultrapassar as barreiras do ensino escolar

31 - A coordenadora não define exatamente o que é trabalhado na classe especial, mas afirma que “é lógico” que não é trabalhado o mesmo que na sala regular. Mas que trabalho é esse? Ele difere do trabalho das salas regulares, por que na carga horária se inclui dança, karatê, teatro...? A coordenadora distingue uma classe especial de uma classe comum?

contraturno esse professor confecciona jogos, faz as coisas em Braille quando precisa, faz as provas em Braille. Ele dá subsídios para a professora da sala comum conseguir fazer um bom trabalho. A questão da mobilidade, o treino da mobilidade, então a gente tem que usar o contraturno para trabalhar essas coisas também.

Para os surdos, nós temos duas experiências acontecendo, duas formas de atendimento esse ano. Até ano passado eu tinha uma sala bilíngue onde os surdos eram atendidos, eram quatro surdos, com uma professora especialista, numa sala regular, então eles participavam de todas as atividades da escola, de recreação, educação física... Quando era a questão do pedagógico essa professora trabalhava individual e era multisseriado também. Foi bom o resultado assim, mas esse ano a gente começou a colocar os surdos no ensino regular, também com um intérprete desde o 1º ano e a gente está vendo bastante resultado, então provavelmente essa vai ser a proposta para o ano que vem: os surdos no regular e em contraturno a sala de recursos multifuncionais, onde aí foco é o ensino de LIBRAS, o reforço pedagógico e até o auxílio aos professores³².

Nas salas de recursos multifuncionais, o AEE é oferecido a todos os alunos da Educação Especial?

Sim, todos são atendidos pelo professor especializado em educação especial³³.

Todas as salas de recursos multifuncionais têm equipamentos de tecnologia assistiva oferecida pelo MEC?

Tem! Mediante o cadastro do aluno no sistema, através do censo, o MEC envia equipamentos. Por exemplo, os alunos cadastrados com baixa visão, recebem lupas, materiais para uso/adaptação no computador, livros paradidáticos. E a Secretaria Municipal de Educação providencia cadernos com linhas maiores, mais escuras, apostilas em tamanhos especiais.

32 - As classes destinadas aos alunos surdos e cegos não têm mais razão de ser, já que a sala de recursos multifuncionais é destinada a atender todas as deficiências, desde que se faça um estudo de caso de cada aluno a ser atendido, para que o plano de trabalho seja elaborado de acordo com cada um deles.

33 - Nem todos os alunos da Educação Especial necessitam do AEE, apenas os que necessitam desse serviço devem ser atendidos e que são selecionados por estudo de caso.

Como funciona a educação especial no município, nesse momento, para atender às orientações do ensino especial na perspectiva inclusiva, segundo a nova Política?

Coordenadora - A gente tenta ao máximo atender e seguir as diretrizes, e busca isso, mas sempre tendo um olhar muito realista: o que realmente vai ser benefício para aquela criança? Porque, que nem, eu atendi uma criança semana retrasada com uma deficiência muito grande, com traqueotomia para respirar, que engasga a todo momento, então eu não posso colocar essa criança, de um dia para o outro, já no regular, tanto para ela, quanto para toda a estrutura vai ser difícil, ela precisa de um atendimento especializado. Então cada caso é um caso, a gente não planifica tudo, “vai todo mundo para o regular”, não! A gente vê onde vai ser melhor, junto com a família, porque a família tem um papel importante na decisão de onde ele vai ser atendido, a gente tem uma proposta, a família pode aceitar ou não³⁴. Do mesmo jeito que eu indico a classe especial e tem família que quer o regular, tem família que pede o especial quando eu indico o regular, e tem tido bastante isso, mais do que o contrário. Então a gente tenta atender, até por isso que tem a sala de recursos multifuncionais que apoia muito, mas a gente ainda faz sim o apoio na classe especial.

E está sendo feita a transição da educação especial substitutiva pela complementar, ou vão ser mantidas as duas?

34 – As famílias devem estar cientes do processo educacional de seus filhos, sendo estes deficientes ou não, porém muitos não têm conhecimento sobre os direitos e benefícios da inclusão de crianças com deficiência nas escolas, o que os levam a acreditar que classes e escolas especiais darão um melhor atendimento a seus filhos. Permitir que a família opte pela escola ou classe especial é insistir em manter espaços de educação substitutivos à escola regular, mesmo já tendo sido criados os espaços de educação complementar (salas de recursos multifuncionais).

Coordenadora - Começou, mas vai manter as duas, até o final do ano que vem a gente vai manter as duas. Isso não é uma decisão só nossa, a gente tem conversado bastante com os diretores das escolas, os professores, então tem caso que a gente ainda acha que é bom ser atendido na classe especial.

E essa mudança do substitutivo pelo complementar, como que foi? Porque antes só tinha classe especial, né?

Coordenadora - Não foi fácil, assim como não é fácil até hoje, é uma luta! Porque a demanda da escola hoje é outra, hoje todo mundo tem direito à educação, hoje todo mundo tem direito é óbvio, é correto no meu ponto de vista, mas o professor está tendo

que lidar com situações diferentes, não vou nem falar difícil, e isso é com o tempo... Eu acho que a educação especial vai ter essa luta constante, porque cada caso é um caso, não adianta você capacitar o professor hoje, aí chega o aluno na sala, ele não é igualzinho ao que ele aprendeu, então ele vai ter que se aprimorar sempre. O professor, o diretor, eles às vezes se assustam ainda com a questão da inclusão, mas eu acredito que tem que começar para ele tomar consciência e ir vendo que dá resultado em alguns casos, assim o professor vai se acostumando. Mas que não é fácil, não é! Não é fácil para eles, não é fácil para a família, não é fácil para a criança, é um processo constante.

E porque ainda existem classes especiais?

Coordenadora - Porque a gente ainda acha que em alguns casos é benefício para o aluno ainda, ser alfabetizado no seu tempo, ter respeitado seus limites. No ensino regular, pode até falar que o professor tem boa vontade, e tem, mas às vezes foge dessa boa vontade dele. Às vezes ele se vê perdido sim, sem saber o que fazer. É complicado, a gente teria que mudar a estrutura inteira da educação. Está melhorando? Tá! Só o fato de terem criado as salas de recursos multifuncionais, os recursos financeiros terem sido ampliados, mas ainda é preciso bastante caminhada. A questão da formação do professor, e não é nem formação, eu acredito que o professor tem algo além da formação, que é a sensibilidade, a vontade. Se o professor tem interesse e ele se sente desafiado a fazer aquilo, esse aluno vai ser bem trabalhado, agora se o professor já tem uma resistência, aí é difícil.³⁵

E você acha que vão sumir as classes especiais daqui um tempo, ou não?

Coordenadora - Eu acho que não. Não vou falar nunca porque às vezes, né? Mas até agora a gente não tem indícios disso.

E quantos professores atuam nas salas de recursos multifuncionais?

Coordenadora - São 13.

Até na educação infantil tem?

35 – O professor da sala regular não possui formação em educação especial, porém o professor de AEE sim. Este tem o papel de apoiar o professor regular, evitando que as dificuldades tornem-se argumento para a exclusão dos alunos com deficiência nas salas regulares. Por outro lado, essa “sensibilidade” do professor da sala regular é algo que deve ocorrer para com todos os alunos, pois cada um é um, diferente do outro e igual por ser diferente.

Coordenadora - Na educação infantil eu tenho uma só, que é a dos surdos. Eu não tenho nenhum ainda que precise, mas se tiver, precisando, a gente põe.

E qual a formação desses professores?

Coordenadora - Para todos é pedido como formação inicial a pedagogia e a especialização em educação especial, educação inclusiva em nível de pós, e isso é difícil! Esse ano eu fiz três processos seletivos para conseguir completar o quadro.

E essa formação deles permite que eles atendam a todas as deficiências, ou atendam especificamente a um único tipo?

Coordenadora - Nossa! Geralmente não! Geralmente eles focam, ou física, ou auditiva, ou visual. Há curso que te dá essa liberdade, de trabalhar com tudo, mas não dá capacidade. Por exemplo, sua carga horária na pós é de 60 horas para surdo, quando eu saio de lá eu não sei nada de LIBRAS. Então geralmente, depois da pós, eles vão fazer um curso, então faz LIBRAS, faz algo mais específico para isso.

Mas para trabalhar na sala de recursos multifuncionais, com os grupinhos, só a pós já basta?

Coordenadora - É tranquilo, quando se trabalha com alunos com deficiência intelectual juntas. Agora se eu tenho um aluno surdo ou cego, aí eu já faço o processo seletivo separado³⁶.

Você gostaria de comentar algo mais sobre a educação especial?

Coordenadora - Eu penso que toda educação, de um modo geral, ela é especial. Toda criança deve ser vista como única, deve ter seus limites respeitados, ela não pode ser massificada. A educação, quanto mais individualizada, quanto mais cuidado a gente tiver com aquela criança, principalmente nas séries iniciais, quanto problema a gente vai evitar lá na frente. Então pra mim toda educação é especial, ela precisa desse olhar específico.

36 – A formação para o AEE em nível de especialização ou aperfeiçoamento deve formar o professor de AEE para que consiga atender aos alunos, que são público alvo da educação especial. Portanto, todas as deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação intelectual, devem ser analisados pelo professor de AEE para que assim consiga estudar cada aluno, elaborar seu plano de ação e avaliá-lo.

Analisando esse diálogo...

Com o novo cargo de Coordenação Municipal de Educação Especial, que surgiu há apenas seis anos, o atendimento dos alunos com deficiência vem sendo organizado para possibilitar a inclusão de alunos da educação especial nas turmas das escolas comuns.

As salas de recursos multifuncionais já existem em todas as escolas municipais, os professores de AEE e professores-intérpretes já foram contratados, as salas regulares já recebem os alunos com deficiência, há materiais e verba disponível para serem usados na educação especial. Por outro lado, as classes especiais ainda são mantidas, o convênio entre prefeitura e APAE ainda é celebrado, os professores de AEE continuam sendo poucos e a sala de AEE até então não tem muito bem definido seu caráter complementar. A coordenação ainda mantém salas de recursos para alunos cegos e alunos surdos, demonstrando que não as distingue bem das salas de AEE, que atendem a todas as deficiências e suprime a sala de recursos orientada pela Política de Educação Especial de 1994 que já foi ultrapassada.

As melhorias são visíveis, assim como as dificuldades na transição do caráter substitutivo para o complementar da Educação Especial. Surpreende-nos o fato de a Coordenação de Educação Especial não ter claro o que a Política de Educação Especial de 2008 traz como novidade em relação à anterior.

As Políticas de inclusão já existem, basta apenas que sejam seguidas. Ou se assumem suas diretrizes ou a rede continuará “escolhendo” quais alunos serão encaminhados para as turmas comuns e quais irão para classes e escolas especiais.

A Coordenação de Educação Especial admite que essa rede ainda possui educação especial substitutiva e que isso será mantido, já que é considerado positivo, em alguns casos, quando o aluno não está “preparado” para frequentar a sala regular. Mas não será a escola que ainda não compreendeu o sentido de uma educação verdadeiramente inclusiva?

Conclusão:

A rede de ensino estudada passa por um período de transição na Educação Especial: apesar de já ter consciência de que seu foco agora deve voltar-se para o AEE e afirmar sua natureza complementar à formação do aluno, em alguns casos ainda mantém seu caráter substitutivo da educação comum para com classes e escolas especiais públicas e particulares, como as da APAE local.

A interferência médica nas decisões educacionais é um dos aspectos que ainda impede que a rede passe a ter um caráter totalmente inclusivo. Pensando a pessoa com deficiência como sendo portadora de “defeitos” que devem ser ajustados, os alunos da Educação Especial dessa rede de ensino ainda são encaminhados às classes especiais numa tentativa de prepará-los para viverem em uma sociedade e em uma escola onde outras pessoas sem deficiência estão incluídas.

Integrar o aluno com deficiência na escola regular é o caminho que mais vem sendo utilizado nessa rede, já que somente alunos que foram e estão suficientemente “preparados” para corresponder às exigências da escola comum podem ser matriculados nas salas comuns.

O papel dos médicos na vida da pessoa com deficiência é importante para que as terapias necessárias sejam corretamente indicadas, melhorando a qualidade de vida de tais indivíduos, como é o caso da fisioterapia, da fonoaudiologia, da psicologia, entre outras. Mas acreditar que pessoas com deficiência precisam ser tratadas e ajustadas às normas da escola comum, é permanecer em um modelo de atendimento já superado, pois, hoje, acima de qualquer característica física, intelectual ou sensorial, todos os alunos são PESSOAS possuidoras de direitos, deveres e de habilidades, capazes de estarem em meio à sociedade, caso esta esteja aberta a recebê-los, respeitando suas especificidades e oferecendo-lhes equiparação de oportunidades.

Cada um de nós possui peculiaridades e necessidades, que são somente nossas e que precisam ser respeitadas, reconhecidas e trabalhadas. A deficiência física ou intelectual, entre outras, é somente mais uma das tantas características que fazem com que cada ser humano seja único.

Dizer que o professor não tem preparo para receber alunos com deficiência é o mesmo que afirmar que ele não tem capacidade para ser professor, pois independente de

ser um aluno com deficiência ou não, cada aluno necessita de atenção especial de seu professor, que não deve e não pode exigir que todos sejam e aprendam de forma idêntica ao outro, já que todos nós somos diferentes uns dos outros.

O estudo de caso de alunos para que sejam atendidos pelos serviços da Educação Especial é uma das ferramentas mais ricas e importantes para se trabalhar com as diferenças de cada um. Fazer estudo de caso é dizer: “Sim, você é diferente, você é especial, você é importante, eu vou atendê-lo segundo suas necessidades!”.

Independente de diagnóstico, laudo médico e encaminhamento, o aluno deve ser estudado pelos professores de AEE para que seja proposto um plano de ação de AEE. Tal plano de ação é traçado de acordo com as necessidades de cada um. É um trabalho individual, com objetivos pré-determinados, com materiais específicos a cada aluno e tipo de deficiência e que vai se modificando, segundo os progressos e dificuldades apresentados pelo aluno.

Uma conversação constante entre família, professor da sala regular e professor de AEE, para que este trabalhe aspectos que tragam benefícios a um aluno, asseguram a inclusão do aluno da Educação Especial nas turmas das salas de aula regulares.

Entender que o AEE não é serviço de reforço escolar e que uma classe especial instalada em escola regular não significa inclusão é o primeiro passo a ser dado pelos coordenadores dessa rede de ensino para que a inclusão realmente ocorra. Um AEE bem estruturado, com professores em quantidade suficiente para atender a todos aqueles alunos que necessitem de seu apoio, permite que o aprendizado do aluno com deficiência na sala regular seja o mais autônomo e independente possível, já que ele possuirá ferramentas necessárias para esse fim.

Ainda que seja visível a atualidade da Educação Especial e sua implementação nas escolas regulares, reconheço que falta ainda um bom percurso a ser percorrido para que a implementação da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva seja reconhecida como um benefício para todos e que as classes especiais e escolas especiais precisam ser extintas, pois não condizem com a natureza complementar da Educação Especial atual. Enquanto deixarem em aberto a criação ou não de escolas e classes especiais nas redes públicas de ensino, muitos alunos com deficiência continuarão sendo excluídos, na/da escola comum.

A inclusão é total, não é de uma maioria ou minoria, mas de todos, incondicionalmente.

Considerações finais:

Fazer uma pesquisa, principalmente de natureza qualitativa, é descobrir muito, mas, ao mesmo tempo, é criar ainda mais questionamentos a respeito de tudo o que foi estudado.

Diante de todo o conflito psicológico causado em uma criança com deficiência que é retirada de uma sala regular e colocada em uma classe especial, fico curiosa para saber como isso interfere na construção da autoimagem dessas crianças. Como encaram essa mudança? Como a família se sente ao ver o filho nesse novo contexto?

Se nossa autoimagem é construída, em grande parte, a partir daquilo que os outros falam de nós, se todos nós levamos em consideração tudo aquilo que nos é dito para que assim possamos construir nossa personalidade, como fica essa construção nos alunos que são encaminhados para a classe especial? Será que esse aspecto psicológico não passa a interferir no rendimento escolar dessas crianças?

Outro ponto a ser investigado é a profissionalização das pessoas com deficiência. Muitas dessas pessoas passam a vida em escolas especiais, ou então passam longo tempo em classes especiais, restando-lhes como saída concluir seus estudos na EJA. O tempo passa, eles se tornam adultos e a vida profissional muitas vezes não chega, por falta de escolarização e de preparo para estarem no mercado de trabalho. Como os municípios vêm tratando essas questões? A pessoa com deficiência tem acesso e garantia de permanência no ensino profissionalizante?

Referências bibliográficas:

BRASIL, MEC, SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Decreto 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.

LEPRI, Carlo. Viajantes **Inesperados: notas sobre a inclusão social de pessoas com deficiência**./tradutores: Ilse Paschoal Moreira, Fernanda Landuci Ortale. – Campinas, SP: Saberes Editora, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** – São Paulo: Moderna, 2003. – (Coleção cotidiano escolar).

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília : Ministério da Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010.

Seneda, Marina. Poema : Livro de Tácito.
http://sitedepoesias.com/poetas/Marina_Seneda em 11/10/12.

Bibliografia:

BASTOS, Lilia da Rocha ET AL. **Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias**. 6ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.* Brasília: CORDE, 2007.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.